

Mídia e memória da ditadura brasileira: a história e os usos políticos do passado

Media and memory of the Brazilian dictatorship: the history and political uses of the past

Ana Paula Goulart Ribeiro¹, Rachel Bertol²

1 Professora da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: anapaula.goulart@eco.ufrj.br.

2 Professora adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: rachelbertol@id.uff.br.

Resumo

O objetivo do artigo é discutir até que ponto a sociedade brasileira se encontra em um novo momento de debates e controvérsias sobre a ditadura militar, levando-se em conta aportes dos estudos de memória e sua relação com as mídias. Esse processo teria começado a se tornar mais evidente desde o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, e os primeiros meses da pandemia de Covid-19 seriam um momento de inflexão e intensificação desse curso. Sugerimos que há configurações midiáticas específicas que teriam contribuído para o silenciamento dessa questão na sociedade ao longo de muitos anos e, agora, sua retomada. Destaca-se o fato de que o processo recente foi iniciado em grande parte nos segmentos de extrema-direita.

Palavras-chave

Memória, mídia, ditadura militar.

Abstract

This article aims to discuss the extent to which Brazilian society finds itself in a new moment of debates and controversies about the military dictatorship, considering contributions from memory studies and its relationship with the media. This process would have started to become more evident since the impeachment of Dilma Rousseff in 2016; the first months of the Covid-19 pandemic can be considered a moment of inflection and intensification of this course. We suggest that there are specific media configurations that contributed to the silencing of this issue in the past and its resumption now. We emphasize the fact that this recent process was initiated to a large extent in far-right segments.

Keywords

Memory, media, military dictatorship.

"Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens."

Jacques Le Goff (2003, p. 471).

Durante os muitos meses em que a pandemia de Covid-19 se aprofundou no Brasil, no primeiro semestre de 2020, o país passou por uma experiência bastante peculiar de sofrimento. Em imagens amplamente difundidas na mídia, com grande impacto, foi possível ver – primeiramente na Amazônia – filas de centenas de covas cavadas às pressas, para os muitos mortos que se empilhavam por causa da doença, enterrados praticamente sem possibilidade de velório por parte de familiares e amigos. A imagem remetia e se emaranhava a outra narrativa de luto, que, embora mais distante temporalmente, possui ressonância na memória nacional: aquela relativa aos desaparecidos políticos na ditadura militar (1964-1985), dos quais as famílias também não puderam se despedir.

A sobreposição desses dois momentos pode à primeira vista soar esdrúxula (como a enciclopédia chinesa de Borges), mas os meses de chegada do vírus da Covid-19 ao país, quando houve uma tentativa de quarentena um pouco mais estrita, entre meados de março e junho de 2020, foram também meses em que se intensificaram atos e gestos simbólicos a favor do regime militar, evocando um retorno ao passado. Ao longo de várias semanas, aos domingos, o próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, descia a rampa do Planalto para saudar apoiadores que defendiam *slogans* autoritários, acirrando a tensão em torno da memória da ditadura. Na mídia, acabou sendo inevitável entrelaçar o que acontecia no quadro da pandemia com os fatos do nosso passado recente. Um momento em que isso ficou evidente se deu quando o governo federal buscou dificultar o trabalho de jornalistas para divulgar o número de vítimas do vírus, que crescia exponencialmente. O governo estaria realizando, chegou-se

a afirmar na época, o equivalente ao crime de “ocultação de cadáveres”³ que os militares praticaram na ditadura.

A presença de um general na liderança do Ministério da Saúde, assim como a de outros militares em cargos do poder Executivo, é um dos muitos fatos que vêm trazendo à tona a memória da ditadura de forma mais evidente na sociedade brasileira. Capitão reformado, Bolsonaro nunca escondeu seu apreço à ditadura militar e gosta de elogiar e enaltecer a atuação de torturadores do regime. Não seria o caso aqui de listar os inúmeros episódios em que demonstrou sua simpatia, mas pode ser útil lembrar de um vídeo que circulou nas redes sociais em que o presidente conversa em Davos com Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos. No breve diálogo, o norte-americano diz que é um grande amigo de Alfredo Sirkis⁴, ao que Bolsonaro reage afirmando que “lá atrás fui inimigo de Sirkis na luta armada”. Diante do constrangimento, sintetiza sua visão: “A história recém-passada no Brasil dos militares foi muito mal contada. A verdade sempre aparece”⁵. À primeira vista, o vídeo faz rir opositores do presidente – porque Al Gore parece tê-lo deixado sem graças –, mas o efeito de sua declaração sobre a narrativa histórica é ambíguo. Pode-se duvidar se o vídeo é realmente negativo a seu respeito. Vejamos.

Não foi a primeira vez que Bolsonaro faz referência à história da ditadura. Quanto a isso, um momento de alto simbolismo ocorreu na entrevista que concedeu ao canal GloboNews, no período da campanha eleitoral, quando ironicamente elogiou a posição do Grupo Globo nos anos do regime. Sua fala levou a emissora a escrever uma resposta de desagravo na mesma hora, lida ainda durante o programa pela jornalista Miriam Leitão que coordenava a entrevista (realizada em 3 de agosto de 2018). Em 2013 – na esteira dos protestos que abalaram o país em junho –, o Grupo

3 “Ao sonegar informações, o presidente atenta contra a saúde pública e repete dois crimes da ditadura: a censura e a ocultação de cadáveres. Nos anos 70, o regime militar tentou esconder uma epidemia de meningite. Não funcionou na época e não tem chance de funcionar agora, na era da comunicação instantânea” (FRANCO, 2020).

4 Alfredo Sirkis (1950-2020) foi um político brasileiro, um dos fundadores do Partido Verde no Brasil e era ambientalista. É autor, entre outros, de *Os carbonários*, autobiografia sobre sua luta contra a ditadura, obra clássica da memorialística brasileira sobre o período.

5 O breve vídeo, em que ainda falam sobre a Amazônia, está disponível em: <https://bit.ly/3boDEnp>. Acesso em: 7 set. 2020.

Globo havia reconhecido e se desculpado publicamente por seu posicionamento na ditadura (APOIO..., 2013). Assim como no caso da rápida conversa com Al Gore, nessa ocasião foi também Bolsonaro quem apontou para uma questão central em disputa: a narrativa histórica a respeito da ditadura e sua memória. O fato de o questionamento partir dele – encontrando eco e respaldo em movimentos de extrema-direita – não é banal. Assim, é sua perspectiva que dá o tom de um debate cuja presença tem crescido na cena pública. Assiste-se nos últimos anos, no mínimo, a uma tentativa de reversão dos sentidos trágicos dos acontecimentos durante a ditadura. Seria preciso discutir até que ponto um processo de negacionismo já se encontraria em curso no que se refere ao regime militar.

O mais recente documento com denúncias dos crimes cometidos durante a ditadura foi o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), divulgado em 2014, no fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Ainda assim, em que pesem esforços como esse, as declarações de Bolsonaro carregam nelas certa ambiguidade – não soando totalmente inverossímeis para parte da sociedade brasileira que desconhece ou nega o passado, o que explicaria parcialmente o impacto de seus argumentos. Não se trata somente de “contar” a história, mas também de discutir seus sentidos – e foi isso que ele começou a fazer. Suas declarações tocam numa lacuna da sociedade brasileira. De fato, essa discussão ainda não ocorreu de forma contundente e abrangente aqui; ao contrário, por exemplo, do que se viu em países vizinhos, como Argentina e Chile. Apesar de tentativas isoladas, o Brasil nunca promoveu uma política de memória em relação à ditadura, como aliás também não fez com outras experiências de violência do seu passado – como a escravidão e a questão indígena.

Pelo menos até meados da segunda metade da década de 2010, o que havia predominado desde os anos 1980, em linhas gerais, foi a situação “ampla e irrestrita” acordada na Anistia. A Lei da Anistia, de 1979, equiparou vítimas e algozes da ditadura. A transição democrática brasileira não resultou de uma ruptura com o regime, mas foi um processo de reforma negociado, conciliatório. A euforia com a aprovação da Constituição democrática, em 1988, também pode

ter contribuído para dar a impressão de superação dos anos de repressão. “Quando a chamada ‘Constituição cidadã’ foi publicada, em 1988, a memória social, salvo ruídos, estava consolidada” (REIS, 2014). Todavia, também a esse respeito, como se houvesse uma revanche autoritária, assiste-se hoje a uma série de iniciativas com o objetivo de reverter vitórias progressistas e direitos então conquistados.

O objetivo deste artigo é discutir até que ponto a sociedade brasileira se encontra em um novo momento de debates e controvérsias sobre a memória da ditadura. Esse processo teria começado a se tornar mais evidente desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Os meses da pandemia seriam um momento de inflexão e intensificação desse curso. Sugerimos que há configurações midiáticas específicas que teriam contribuído para a chegada ao atual contexto. As declarações de Bolsonaro, portanto, devem ser tomadas como parte de um processo que vai além dele próprio e dos grupos aos quais se liga. Assim, o artigo também pretende apontar algumas linhas de força em jogo, especialmente no que se refere aos modos de funcionamento das mídias.

Para isso, primeiramente faremos uma discussão sobre como a memória de certos acontecimentos e etapas históricas pode permanecer bloqueada por muitos anos e quais são as possíveis consequências disso. Trata-se de trazer aportes dos estudos de memória, buscando analisar o caso brasileiro em comparação com a situação de vizinhos latino-americanos. Em seguida, vamos analisar a configuração da mídia brasileira e sua relação com o represamento de memórias a respeito da ditadura, assim como o que poderia estar propiciando o novo momento, em que se levantam barreiras que dificultavam o trabalho de memória. Por fim, iremos apontar desafios com os quais esse debate se depara hoje, em tempos da dita “pós-verdade”⁶.

6 “Pós-verdade” foi escolhida como a palavra do ano, em 2016, pelo Dicionário de Oxford. A expressão possui apelo midiático e, enquanto conceito, mereceria ser problematizada (o que não cabe neste trabalho), inclusive o fato de ter passado a se tornar uma presença constante nas mídias para explicar certas situações sociais. De acordo com o dicionário, pós-verdade “é um adjetivo definido ‘como se referindo ou denotando circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública que os apelos de emoção e crença pessoal’ (tradução livre). Disponível em: <https://bit.ly/3oaHwxy>. Acesso em: 23 out. 2020.

Verdade e memória

Os anos 1970 e 1980 são, geralmente, apontados como períodos-chave para o desenvolvimento de políticas de valorização da memória tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Nesses contextos, a memória tendeu a ser vista como uma forma de resistência às forças hegemônicas, pelo poder que estas exercem, seja no silenciamento de grupos sociais subalternos, seja no esquecimento de experiências coletivas de opressão. Foi em nome da verdade histórica, do compromisso com o que de fato aconteceu, que a memória passou a ser, cada vez mais, vista positivamente. Muitas vezes, era defendida também como um elemento reparador dos danos sofridos, uma forma de redenção do passado. Considerava-se, nesse caso, sua dimensão moral.

As perspectivas heurística e moral da memória, presentes em diversos movimentos políticos e sociais, contagiaram também o campo acadêmico, em especial, a história como disciplina. Nas últimas décadas, historiadores têm reforçado a ideia de que há um compromisso social no seu ofício. E a esse compromisso eles sintomaticamente denominaram *dever de memória*. A expressão tem uma longa história (LEDOUX, 2016), mas se tornou célebre, sobretudo, pela ação do Instituto da História do Tempo Presente, criado na França em 1978 por François Bédarida e outros historiadores.

O conceito de dever de memória traduz um sentimento amplo de que sofrimentos e opressões geram obrigações por parte do Estado e da sociedade, em especial, das elites políticas e intelectuais, em relação às vítimas desses sofrimentos e opressões. Lembrar seria uma maneira de ressarcir as pessoas por seus traumas, dores e perdas, uma forma – em última instância – de fazer justiça.

A noção de dívida é aqui muito forte. Ela perpassa também o conceito de *memória exemplar* (TODOROV, 1995), que se baseia numa ideia relativamente simples: é preciso lembrar para que a história não se repita. Uma experiência do passado pode servir de princípio de ação para indivíduos e sociedades, pode se tornar um modelo para compreensão de situações do presente. Para isso, basta que se perceba, apesar das especificidades e singularidades históricas das experiências

de outras épocas, aquilo que elas têm de potencialmente similar ou análogo às da atualidade. Foi assim, por exemplo, que a memória do Holocausto se universalizou e se tornou um elemento-chave para denúncias contra genocídios e a outras situações limites, como os massacres na Bósnia e em Ruanda na década de 1990.

A politização da memória não ocorreu apenas nos Estados Unidos e na Europa, onde os debates sobre as noções de *memória exemplar* e *dever de memória* foram muito fortes, também ocorreu em alguns países da América Latina logo após o desmonte dos governos militares e o movimento de redemocratização do continente. A valorização das lembranças fez parte de um processo amplo de reação às políticas de esquecimento promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, mas ocorreu de forma e com intensidades variadas em diferentes países.

Na Argentina, a Comissão Nacional de Desaparecidos (Conadep) foi instalada logo após o fim da ditadura militar no país, em 1983. Já no ano seguinte, o grupo, que tinha o escritor Ernesto Sábato como integrante, concluiu os trabalhos. Como resultado da comissão, mais de duas mil pessoas foram processadas em tribunais argentinos por crimes variados cometidos durante as ditaduras, como torturas, sequestro, assassinatos e desaparecimentos. Entre os condenados, estavam dois ex-presidentes: Jorge Rafael Videla e Reynaldo Bignone, ambos condenados à prisão perpétua por crimes contra a Humanidade.

O trabalho da Conadep resultou no livro *Nunca más*, de 1984, que, segundo Sarlo (2005, p. 148), foi “o grande livro da memória”, obra-chave no processo de transição democrática argentina. Por sua importância, é também um livro “muito duro”, “extremamente difícil”, “terrível”, por compactar nele

as próprias matérias da história, os documentos de primeira mão, as provas proporcionadas por testemunhas e vítimas. Fala a língua dos fatos. [...] *Nunca más* está diante de nós como um monumento da memória [...] é a condição de toda a história argentina futura. (SARLO, 2005, p. 148)

A literatura memorialista ligada ao período das ditaduras se tornou um terreno fértil na América Latina. São inúmeros os textos que tratam das lutas políticas e dos dramas pessoais dos exilados, das suas perdas, dores e solidão.

O poeta argentino Juan Gelman, falecido em 2014, talvez tenha sido uma das vozes mais marcantes nesse sentido. Escreveu livros como *Sob a chuva alheia* (1980), *No avesso do mundo* (1988), *Amor que serena, termina?* (2001). Ao falar do lugar da memória na sua obra, ele afirmou:

Há quem vilipendie o esforço de memória. Dizem que não se deve mexer no passado, que não se deve ter os olhos na nuca, que é preciso olhar para frente e não reabrir velhas feridas. Estão perfeitamente equivocados. *As feridas ainda estão abertas.* (FIGUEIREDO; FREITAS, 2014, p. 10)

Assim como Juan Gelman, a escritora Tununa Mercado, também argentina, fala da dor de perder familiares e amigos mortos pela ditadura, das decepções políticas, dos projetos fracassados e da perda das referências pessoais e coletivas. *Em estado de memória* (2011) talvez seja seu trabalho mais marcante nesse sentido. Poderíamos citar muitos outros exemplos da Argentina. Ainda sobre o contexto latino-americano, podemos citar o exemplo do Chile, que também instalou sua Comissão da Verdade pouco depois do fim da ditadura em 1990. Lá, mais de 350 pessoas, entre militares e civis, foram condenadas pelos crimes praticados contra os direitos humanos. Houve ainda a condenação do general Augusto Pinochet pelo juiz espanhol Baltazar Garzón, em 1998, por crimes contra a Humanidade por sua participação na Operação Condor, uma cooperação entre as ditaduras latino-americanas.

No plano da representação cultural, vale mencionar a obra do cineasta chileno Patricio Guzmán, sobretudo filmes como *Nostalgia da luz* (2010), que mostra o deserto de Atacama, com seus terrenos áridos, secos, vazios, como um campo de múltiplas memórias. Lá, até hoje, familiares cavam incessantemente em busca das ossadas de seus companheiros mortos. Em algum momento do documentário, o narrador afirma: "Estou convencido de que a memória tem uma força de gravidade. Ela sempre nos atrai. Os que têm memória são capazes de viver no frágil tempo presente. Os que não a têm não vivem em parte nenhuma".

No Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, a memória da ditadura militar se configurou de uma forma muito específica. Os horrores dessa experiência – como os casos de torturas, desaparecimentos e mortes –

parecem ter sofrido uma espécie de recalque coletivo. Aqui, a Comissão Nacional da Verdade⁷ foi instalada apenas em 2012, quase 30 anos depois de terminado o regime. E, nesse intervalo de tempo, não houve um debate público amplo sobre o assunto. As discussões ficaram, quase sempre, restritas a círculos de especialistas ou de militantes. Não foram desenvolvidas políticas patrimoniais e museológicas, e houve poucos projetos de registros de testemunhos. Foram publicados alguns livros memorialísticos e realizados alguns filmes, mas apenas três produções televisivas focadas no tema (RIBEIRO *et al.*, 2019).

Deve-se lembrar, entretanto, dois marcos importantes para a história da memória da ditadura brasileira. O primeiro foi o projeto “Brasil Nunca Mais”, idealizado ainda em 1975 pelo arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns, pelo reverendo presbiteriano Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel. Durante seis anos, cerca de 30 pesquisadores realizaram um minucioso trabalho de investigação e sistematizaram informações obtidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar em mais de um milhão de páginas. O material permitiu que se conhecesse a extensão da repressão política no Brasil, no período entre 1961 e 1979. O resultado foi a publicação, em 1985, do livro *Brasil: nunca mais*, que buscou dar publicidade a um extenso trabalho de documentação dos crimes cometidos durante o regime militar brasileiro, expondo os métodos de tortura da ditadura no Brasil. O nome do projeto (“nunca mais”) não deixa dúvidas sobre o princípio político e memorialístico que o moveu.

O segundo marco ocorreu 10 anos depois, em 1995, com a Lei nº 9.140 (BRASIL, 1995), sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, ele próprio exilado nos anos da ditadura. Com essa lei, pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos ocorridos no período militar. As famílias puderam exigir os atestados de óbito de parentes desaparecidos e reivindicar indenizações. Porém, muitos criticaram a lei por não obrigar o Estado a identificar e culpar os responsáveis pelos crimes e

7 Seu site com o relatório final de trabalho encontra-se disponível em: <https://bit.ly/3bqb9FP>. Acesso em: 7 set. 2020.

porque o ônus da prova foi colocado sobre as famílias das vítimas. Outra crítica foi que, com a lei, o Estado tratava as mortes motivadas por questões políticas como se fossem apenas problemas das famílias, não da sociedade, uma vez que apenas familiares das vítimas podiam exigir responsabilidade do governo.

Depois de alguns anos em que a questão da ditadura ficou de certa forma adormecida, tímida, retornou durante a presidência de Dilma Rousseff, a partir de uma série de ações de memória implementadas pelo governo federal. Viveu-se, nesse período, um momento de discussões, em que o regime militar entrou no centro de uma grande disputa de sentidos. Diferentes atores sociais se articularam e se posicionaram de maneiras variadas nesse cenário. Possivelmente, começou aí também uma reação mais forte, conservadora, à narrativa que começava a se formar.

A própria trajetória de Dilma Rousseff foi resgatada nesse contexto. Emblemático desse movimento foi o aparecimento de uma foto sua, aos 22 anos, sendo interrogada sobre sua participação na luta armada. A imagem foi publicada pela primeira vez em dezembro de 2011, pela revista *Época*, e reproduzida à exaustão nas redes sociais. Tinha sido descoberta pelo jornalista Ricardo Amaral, autor do livro *A vida quer coragem*, uma biografia da então presidenta lançada naquele momento. A foto, que fazia parte do processo contra Dilma na Justiça Militar, fora tirada em novembro de 1970, depois de ela ter sido submetida a 22 dias de tortura.

A imagem teve muita repercussão não só porque ilustrava a biografia da presidenta mas porque representava, metonimicamente, a juventude engajada, vítima da repressão nos chamados anos de chumbo. Foi desse lugar – de vítima do regime – que a presidenta da República clamou pelo *dever de memória* e, no dia 16 de maio de 2012, depois de meses de discussão, instalou a Comissão Nacional da Verdade. Essa comissão foi responsável por apurar, no prazo de dois anos, casos de violação dos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. Apesar de retroceder até o Pós-Guerra, o foco dos trabalhos foi o período da ditadura militar.

Na sessão de instalação da Comissão – que contou com a presença de todos os ex-presidentes civis desde o fim da ditadura (José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva) –, Dilma iniciou

seu discurso chamando a atenção para o fato de verdade, na tradição grega ocidental, ser exatamente o contrário de esquecimento. E aqui vale um parêntese. A palavra verdade, em grego, é *aletheia*, formada pela junção do prefixo “a” (que significa não) com “lethe” (que significa esquecimento. Lethe era o rio de Hades, do inferno. Quem bebesse de suas águas cairia num profundo esquecimento). *Aletheia* é, portanto, o contrário de *Lethe*. Nesse sentido, esquecimento é o oposto da verdade. Por isso, a verdade necessita do trabalho de desvendamento da memória. Vale a pena reproduzir trechos do discurso da presidenta:

A ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. (DILMA..., 2012)

A Comissão Nacional da Verdade, entretanto, teve uma ação tímida no Brasil, se comparada às comissões semelhantes de outros países, como no Chile e na Argentina já citados. A começar porque não se propôs a produzir justiça e julgamentos. A comissão se instalou aqui tardiamente, quase 30 anos após o fim da ditadura. Quando os trabalhos de investigação começaram, a maior parte dos agentes do Estado, sejam executores diretos ou mandantes das violências do regime, já estava em idade avançada ou já tinha morrido.

Apesar de ter sido amplamente noticiada, a divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, teve pouca repercussão nos meios de comunicação jornalísticos tradicionais e mesmo nas mídias sociais. Era um momento complicado da política nacional. O governo vinha enfraquecido com as manifestações de 2013. A publicação do relatório coincidiu com o período da disputa eleitoral para a presidência da República, uma das mais acirradas de nossa história até então. Naquele momento, muitos setores da sociedade foram à praça

pública para expressar seu descontentamento com o governo da presidenta Dilma, e era grande a campanha contra a sua reeleição. Talvez isso tenha influenciado a pouca repercussão do documento final da CNV. Pouco se falou e quase nada se discutiu – mesmo em espaços acadêmicos – sobre os resultados do texto que tratou de temas tão importantes da história e da memória nacional.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff deixou o governo depois de um difícil processo de *impeachment*, iniciado em abril daquele ano. Ao expressar seu voto na câmara, o então deputado Jair Bolsonaro afirmou:

Perderam em 64. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas. (MARQUES, 2016)

O discurso do então deputado chocou muitas pessoas, em especial, os militantes dos Direitos Humanos. O coronel Brilhante Ustra fora chefe do DOI-Codi em São Paulo, entre 1970 e 1974, órgão de repressão política do governo militar. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, sob seu comando, ao menos 50 pessoas foram assassinadas ou desapareceram e outras 500 foram torturadas, entre elas a ex-presidente Dilma Rousseff. A fala de Bolsonaro foi entendida por muitos como uma apologia à tortura e como quebra do decoro parlamentar, mas o deputado não recebeu qualquer sanção. Dois anos depois, foi eleito presidente da República.

Em março de 2019, Bolsonaro determinou que as Forças Armadas comemorassem o aniversário do golpe de 1964. A reação foi imediata e o presidente voltou atrás. Mas várias foram suas declarações e de membros do seu governo em defesa do regime militar⁸. Em junho, depois de zombar do pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Bolsonaro disse que eram “balela” os documentos oficiais que provam o desaparecimento de Fernando Souza Cruz após ser preso pelo DOI-Codi. Disse ele ao jornalista: “Você acredita em Comissão da

8 CAMPOS, J. P. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. *Veja*, São Paulo, 4 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ybnass>. Acesso em: 4 jun. 2020.

Verdade? Qual foi a composição da Comissão da Verdade? Foram sete pessoas indicadas por quem? Pela Dilma” (SOARES, 2019).

Pode-se dizer que, em meio a tantos debates, a memória da ditadura militar brasileira entrou em processo de ebulição. O período militar assumiu, assim, o centro de uma grande disputa de sentidos. Estamos presenciando a uma verdadeira batalha política sobre o significado do passado. O que se vê é uma luta de memória. Ou melhor, a memória no centro da luta política.

O caso da mídia brasileira

Há inúmeros estudos que se voltam para o papel da imprensa no golpe de 1964 e a maneira como ela se relacionou com o regime nos anos da repressão. Se o golpe foi realizado com o apoio amplo da imprensa, poucas semanas depois – com os primeiros sinais de repressão, que iria se aprofundar em 13 de dezembro de 1968, com o AI-5 –, os veículos de imprensa começaram a se dividir sobre seu apoio ao regime. Um dos primeiros dissidentes foi o *Correio da Manhã*, que havia desempenhado papel fundamental de apoio ao golpe. Pouco tempo depois, no dia 31 de março, o jornal se lançou em forte oposição, importante durante anos, mas que não sobreviveu ao regime.

O golpe teve um impacto profundo e duradouro na configuração do jornalismo e da mídia no Brasil. Depois de um período de ebulição do jornalismo, nos anos 1950, com a liberdade de expressão, a criação de novos jornais, o desenvolvimento técnico e a ampliação da profissionalização (ver RIBEIRO, 2007), os veículos que sobreviveram ao regime precisaram estabelecer modos próprios de negociação, com diferentes táticas para lidar com os agentes da repressão. Muitas vezes, cederam a ponto de serem coniventes com o regime. Kushnir (2004) estuda o colaboracionismo – expressão que utiliza – na imprensa brasileira tendo como foco o jornal *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã, que a partir de 1962, teve como carro-chefe o jornal *Folha de S.Paulo*.

Muitos trabalhos analisam criticamente a atuação do Grupo Globo, em especial a TV Globo, durante a ditadura. O apoio explícito de Roberto Marinho ao golpe e casos

polêmicos envolvendo suas empresas, como o escândalo do Time-Life, costumam ser amplamente citados e discutidos. Mas o alinhamento ao regime estava longe de ser uma exclusividade dos grupos Folha e Globo. O *Jornal do Brasil*, que foi durante muito tempo associado à intelectualidade carioca de esquerda, apresentava uma feição conservadora, de acentuada influência católica em sua linha editorial. O jornal apoiou o movimento militar e, em 1979, seu proprietário, Nascimento Brito, ainda afirmou: "O golpe de 64, o JB apoiou e apoia até hoje. Antes, durante e depois. 64 não foi um golpe; foi uma correção fundamental no Brasil" (depoimento concedido ao CPDOC/FGV, 23/07/1979 apud RIBEIRO, 2007, p. 163).

Ora, deve-se argumentar até que ponto a participação – e mesmo o colaboracionismo – de setores importantes da imprensa brasileira estabelecida teria sido um entrave ao represamento da discussão sobre a memória da ditadura por tantas décadas. Afinal, para se tornar público, o debate necessariamente precisaria passar pela imprensa – e, nesse sentido, seria preciso realizar uma incômoda revisão dos posicionamentos adotados pelos próprios conglomerados de mídia no Brasil sobre sua atuação no regime militar. Uma evidência de que os meios de comunicação possam ter desempenhado papel relevante nessa espécie de bloqueio (ou recalque) se dá por seu negativo, ou seja, pela situação vivenciada nos últimos anos, em que uma nova configuração midiática teria propiciado a volta dessa discussão por meio da direita. Foi preciso que um novo tipo de mídia conseguisse ter expressão social para que pusesse em cena, de forma mais escancarada, um outro debate a respeito, driblando o monopólio de narrativas (e até de silenciamentos) exercido pela grande imprensa.

As manifestações de 2013, liberando energias de descontentamento, seriam um momento-chave em que surgiram na cena informacional – com impacto na formação de opinião – novos atores midiáticos que tiveram força para começar a se contrapor à grande imprensa. À esquerda, pode-se citar o papel exercido pela Mídia Ninja, enquanto à direita pequenos grupos e atores individuais passaram a atuar de forma mais contundente, ganhando maior expressão a partir da campanha eleitoral de 2014, conforme o que Santos Junior (2019) chama de

“Rede Antipetista” – processo que tem suas origens na década anterior, sobretudo depois dos escândalos do Mensalão, em 2005. A pesquisa no Facebook identificou grupos que continuaram atuando nesta e em diferentes mídias sociais e se tornaram a principal base de apoio e sustentação da vitória de Jair Bolsonaro em 2018. É o que se chama de “gênese” da vitória do capitão reformado.

“O fenômeno denominado nesse trabalho de Rede Antipetista é um agregado multifacetado de mais de 500 páginas que ganharam popularidade e se tornaram reconhecidas no Facebook” (SANTOS JUNIOR, 2019, p. 35), com impacto direto em 10 milhões de pessoas em 2014. Essa rede, que atua “de forma descentralizada e sem orientação partidária” (2019, p. 73-74), conta com atores de diferentes vertentes, sendo que o pesquisador identificou seis grupos principais de aglutinação (os chamados *clusters*): 1) rede de direita (com reacionários como Olavo de Carvalho, de importância decisiva nessas conexões); 2) liberal anticomunista (em que se ecoam “discursos da tradição econômica liberal”); 3) anticorrupção (com uma perspectiva moralizante); 4) institucionais (com páginas de veículos de mídia estabelecida e de políticos, porém sem grande impacto na Rede); 5) intervencionistas (com retórica antidemocrática); e 6) *trolls* (com apelo humorístico).

O grupo dos “intervencionistas” é especialmente sugestivo para a hipótese apresentada nesse trabalho:

[são páginas no Facebook que] pedem abertamente a ação dos militares para depor a presidente da república e destituir o Congresso Nacional. Entre elas estão: Comando de Caça aos Corruptos (CCC), que faz referência ao antigo Comando de Caça aos Comunistas, organização paramilitar de extrema-direita que atuava na época ditatorial para hostilizar os opositores do regime, inclusive praticando homicídios; Intervenção Militar Já; Faca na Caveira; Movimento Brasileiro de Resistência; Orgulho de Servir; e Eu Sou Caveira. Por outro lado, há muitos pontos de referência da ordem e do status quo relativos ao judiciário e às forças armadas (o Exército brasileiro, por exemplo, aparece como referência desse cluster, mesmo não sendo ator participante da rede). Os intervencionistas se dedicam à exaltação da força militar, resgatando temas como a redução da maioria penal, tolerância zero contra criminosos, instauração da ordem e dos valores tradicionais. (SANTOS JUNIOR, 2019, p. 82-83)

Esse colchão antidemocrático é uma das bases de sustentação de Bolsonaro e, desde então, veio se tornando cada vez mais visível. Por ocasião da efeméride dos 50 anos do golpe, também em 2014, Daniel Aarão Reis afirmou à revista *Época*: “Se houver uma crise grave, haveremos de ver as tentações autoritárias aparecerem com grande força no horizonte da sociedade brasileira” (EVELIN, 2014). O historiador não se referia aos movimentos das redes sociais – que na época ainda se encontravam um tanto subterrâneas –, mas a uma configuração mais ampla da sociedade brasileira. Não apenas a transição havia sido realizada deixando na estrutura do Estado muitos “cacos da ditadura incrustados” na ordem democrática, como, além disso, a “intolerância e as tendências autoritárias perpassam com vigor a sociedade brasileira” (EVELIN, 2014). Como exemplo, citou altas taxas de homicídio, estupro, violência policial, homofobia, prática e aceitação da tortura por amplos setores. Assim, o movimento das redes seria uma expressão – ou sintoma – de estruturas autoritárias atuantes na sociedade; ao mesmo tempo, funciona como palanque e voz para tornar essa vertente reconhecida, com reivindicações que passam a ser vistas como legítimas por seus integrantes, em grupos potencialmente cada vez maiores.

De forma geral, são grupos que se opõem abertamente às mídias estabelecidas, dizendo oferecer uma voz alternativa ao monopólio da informação no país. É um projeto que, de alguma forma, vem colhendo frutos. Por outro lado, a estrutura autoritária da própria sociedade e do Estado – e Aarão Reis (2014) busca referências em sua pesquisa que remontam pelo menos até o período do varguismo (mas com raízes anteriores) – certamente não pode ser apartada do modo de funcionamento dos veículos jornalísticos estabelecidos no país. Assim, toca-se numa questão de fundo difícil para uma prática (a jornalística), que, por definição, deve se alimentar da democracia. Um debate complexo se impõe nesse sentido, mas que até hoje nunca chegou a se efetivar de fato – exigência que os tempos atuais, todavia, parecem tornar cada vez mais urgente.

É interessante lembrar que, também na esteira das manifestações de junho, algumas empresas jornalísticas resolveram passar a limpo o seu papel na história

recente do país. Em 31 de agosto de 2013, o jornal *O Globo* publicou um editorial fazendo *mea culpa* e admitindo publicamente que o apoio à ditadura havia sido um erro. Em 30 e 31 de março do ano seguinte, em meio ao aniversário de 50 anos do golpe, foi a vez da *Folha* e do *Estadão* realizarem uma avaliação histórica de suas posições do passado. É interessante lembrar que, em março de 2009, a *Folha* já tinha se envolvido numa grande polêmica em torno desse assunto, ao usar a expressão “ditabranda” para se referir ao período militar no Brasil. André Bonsanto Dias (2014) analisa bem como, ao longo do tempo, o jornal manipulou lembranças e esquecimentos em relação à ditadura para construir, em um processo ambíguo e conturbado, diferentes identidades quanto a esse momento da nossa história.

Considerações finais

Narciso em férias é o documentário dos diretores Renato Terra e Ricardo Calil, que estreou em 7 de setembro de 2020 na plataforma Globoplay, da Rede Globo, e retrata o período em que Caetano Veloso passou na prisão, em 1968, no auge da ditadura militar. A escolha do dia do lançamento – feriado da Independência – é simbólica, na medida em que evoca a própria construção histórica, em contraponto às visões patrióticas de celebração militar que costumam marcar a data. Em agosto de 2020, a editora Companhia das Letras realizou o festival “#NaJanelaFestival: O que foi a ditadura”, em parceria com o jornal *Folha de S. Paulo*, com debates nas três primeiras semanas em seu canal no Youtube para discutir “as reverberações na atualidade” de um “dos períodos mais obscuros de nossa história”⁹. Na primeira mesa, participou o escritor Milton Hatoum, autor da trilogia *O lugar mais sombrio*, em que aborda o período da ditadura, da qual já foram lançados dois volumes (*A noite da espera*, 2017, e *Pontos de fuga*, 2019). A própria *Folha de S. Paulo* ofereceu gratuitamente, a partir do fim de junho, um curso ministrado pelo jornalista e escritor Oscar Pilagallo, intitulado “O que foi

9 Mais informações em: <https://bit.ly/3boFmVW>. Acesso em: 7 set. 2020.

a ditadura”, com mais de 80 mil participantes, entre eles muitos jovens¹⁰. Nas redes sociais, circulam listas de obras de ficção que seriam relevantes para o debate sobre a memória da ditadura, como (entre outros) os recentes *Corpo interminável* (2019, editora Record), de Claudia Lage, e o premiado *A resistência* (2015, Companhia das Letras), de Julián Fuks.

Seriam essas iniciativas – que poderiam ser citadas entre outras – um sinal de que se entra em um novo período de debate sobre os chamados anos sombrios? Trata-se de um processo em curso. No entanto, são indícios recentes de que os anos da ditadura continuam abertos aos trabalhos de memória e à revisão histórica. Ficção e não ficção atuam juntas, nesse sentido, para reativar o processo memorialístico. Assim, cria-se um espaço maior de ambiguidade em relação aos eventos históricos e suas controvérsias no presente, o que pode talvez ajudar a superar lutos e traumas a eles associados.

Seria uma maneira, portanto, de ativar a “imaginação mnemônica”, conceito desenvolvido por Keightley e Pickering (2012), que permite analisar a realização do trabalho da memória junto ao da criação – como o que é feito pela ficção e é intrínseco às nossas narrativas cotidianas e memorialísticas, mas que não se deve confundir com a ideia de fantasia nem com realidades inventadas. É um processo individual e coletivo que abre espaço para a possibilidade de conciliação com o passado e a construção de uma perspectiva ética de convivência democrática, possibilitando a construção de laços identitários (como tem ocorrido nos últimos anos no Brasil com o movimento negro). Uma “imaginação mnemônica” represada pode acarretar altos custos para uma coletividade, com “patologias sociais” tais como se tornar prisioneiro do passado ou criar mártires para o futuro (KEYGHTLEY; PICKERING, 2012, p. 70). Podem surgir, ainda, com mais facilidade, oportunidades para “a exploração ideológica do passado” (2012, p. 79) de forma arbitrária.

Se o passado da ditadura continua a atuar no presente, não se deve esperar que o trabalho memorialístico, na medida em que se adensa, será pacífico: as

10 Mais informações em: <https://bit.ly/3eFMa3n>. Acesso em: 7 set. 2020.

controvérsias da memória nas mídias, tais como já estamos testemunhando, são uma consequência disso. Todavia, é preciso destacar ainda a particularidade do momento atual, no Brasil e no mundo, em que se vê a emergência de grupos políticos de viés autoritário, em geral pouco afeitos ao diálogo. A evidência dos fatos (na história, no jornalismo, na ciência) é muitas vezes rejeitada em prol de “verdades” particulares, amplamente difundidas nas mídias sociais. Nesta encruzilhada nos encontramos.

Referências

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <https://glo.bo/3eIPivB>. Acesso em: 6 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02/09/1961 a 15/08/1979, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 dez. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3wAzh0r>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CAMPOS, J. P. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. *Veja*, São Paulo, 4 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ybnass>. Acesso em: 4 jun. 2020.

DIAS, A. B. *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade*. São Paulo: Folha de S.Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. São Paulo: Paco, 2014.

DILMA instala Comissão da Verdade e nega revanchismo. *Veja*, São Paulo, 16 maio 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3wCtiII>. Acesso em: 12 jul. 2021.

EVELIN, G. A tal consolidação da democracia é história da carochinha. Entrevistado: Daniel Aarão Reis. *Época*, Rio de Janeiro, 30 mar. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/3w7yrZf>. Acesso em: 7 set. 2020.

FIGUEIREDO, J.; FREITAS, G. Juan Gelman. Voz da memória. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 jan. 2014.

FRANCO, B. M. Bolsonaro virou refém da gripezinha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3w4NLp8>. Acesso em: 7 set. 2020.

KEIGHTLEY, E.; PICKERING, M. *The mnemonic imagination: remembering as creative practice*. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.

KUSHNIR, B. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARQUES, A. Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2UI7KwN>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LEDOUX, S. *Le devoir de mémoire: une formule et son histoire*. Paris: CNRS Editions, 2016.

LE GOFF, J. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

REIS, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 13-53.

RIBEIRO, A. P. G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, A. P. G. *et al.* Mundos ficcionais e representação da política: a ditadura militar nas séries da Globo. In: LOPES, M. I. V. (org.). *A construção de mundos na ficção televisiva brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 2019. p. 3-223.

SANTOS JUNIOR, M. A. *#VaipraCuba!:* a gênese das redes de direita no Facebook. Curitiba: Appris, 2019.

SARLO, B. *Tempo presente:* notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SOARES, J. "E você acredita em Comissão da Verdade?", questiona Bolsonaro sobre crimes da ditadura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3i4ACak>. Acesso em: 12 jul. 2021.

TODOROV, T. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

submetido em: 10 fev. 2021 | aprovado em: 6 abr. 2021